



## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos nove dias de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Melgaço, sita no Largo Hermenegildo Solheiro, no Concelho de Melgaço, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva convocatória. -----

--- Estavam presentes os Presidente de Câmara que compõem o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, designadamente: da Câmara Municipal de Caminha, Rui Miguel Rio Tinto Lages; da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Baptista Calçada Pombal; da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz e da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Joaquim Luís Nobre Pereira. -----

--- O Presidente da Câmara de Monção, comunicou que seria substituído pelo Vice-Presidente, João Rafael de Sousa Oliveira -----

--- Não estiveram presentes os Presidentes de Câmara de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Valença e Vila Nova de Cerveira que comunicaram, antecipadamente a sua impossibilidade em estarem presentes, por compromissos profissionais anteriormente assumidos.

--- Presidiu a reunião, Alberto Vilas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes: Presidente da CIM do Alto Minho; Primeiro Secretário do SEI; Presidentes de Câmara, membros da Assembleia Intermunicipal e equipa de apoio da CIM do Alto Minho. -----

Comunica as informações rececionadas sobre substituições: José Augusto de Brito Pacheco do PS de Paredes de Coura, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, substituído por José Augusto Viana de Sousa; João Evangelista Rocha Brito Mimoso de Moraes do CDS-PP de Ponte de Lima tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, substituído por Matilde Soares de Brito que, por sua vez, também comunicou a sua impossibilidade em estar presente, substituída por Maria João Lima Moreira Sousa que comunicou também a impossibilidade em estar presente, tendo sido substituída por Domingos de Oliveira Vieira; Michael Costa Sousa do PSD de Ponte da Barca, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, foi substituído por Claudino Esteves Amorim que não compareceu. Paulo Duarte Ferreira Barbosa do PS de Ponte da Barca, comunicou a sua impossibilidade em estar presente, substituído por António Eugénio Folha Martins, que também comunicou a impossibilidade em estar presente, sendo substituído por Fernando Manuel Armada Garcez que comunica a sua impossibilidade em estar presente, tendo assim ficado esgotada a lista de suplentes apresentada pela Assembleia Municipal de Ponte da Barca; Barbara Luize Iacovino Barreiros do PSD de Viana



do Castelo, comunica a sua impossibilidade em estar presente, substituída por Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas; Pedro João Mendes de Sousa e Silva do PSD de Melgaço, comunicou a sua impossibilidade em estar presente, no próprio dia, pelo que foi contactado, telefonicamente para substituição, José Albano Esteves Domingues, que não podendo comparecer, foi contactado o suplente seguinte, António José Gomes Nabeiro, também não lhe sendo possível estar presente foi contactado o membro Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima; Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves do PS de Melgaço, substituída por Vítor Jorge Castro Rodrigues. -----

Não estiveram presentes, Dora Marisa Alves Guterres do PS de Valença; Orlando Vasco da Cunha Oliveira do PS de Valença; Marília Florência de Sousa Nunes do PSD de Viana do Castelo e Rosa Maria Morais Lobo Bouças do PSD de Ponte da Barca. -----

Confirmam-se as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, de acordo com as "Folhas de Presença" anexas. (Doc. 23/2022). -----

--- O Presidente da Mesa concluiu a existência de quórum para dar início aos trabalhos, começando por cumprimentar todos os presentes e informar da não presença da Vice-Presidente, Margarida Fátima Gomes Vasconcelos, anteriormente comunicada, pela impossibilidade de deslocação, para esta reunião, pelas funções que agora exerce. -----

O Presidente da Mesa chama a membro, Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves, da Assembleia Municipal de Melgaço, eleita pelo partido do PS para ocupar o lugar de Vice-Presidente. Dá as boas-vindas e agradece a disponibilidade para colaborar, ficando completa a mesa para entrar em funções. Começa por referir o atempado envio da Ordem de Trabalhos, para a sessão, composta, pelos assuntos apresentados pelo Presidente da CIM do Alto Minho e um ponto por iniciativa da Mesa e Líderes Partidários, proposto e validado em reunião preparatória, que antecedeu esta sessão, referindo-se ao ponto. **2.2 Apresentação da Estratégia Alto Minho 2030 – Desafios, Oportunidades e Perspetivas**, que será apresentado pelo consultor da CIM Alto Minho nesta temática, Paulo Queiroz, que dará conhecimento do trabalho iniciado, desenvolvido e em perspetiva. Sendo a Ordem de Trabalhos conhecida de todos, solicita dispensa para a sua leitura, reunindo condições para o início da sessão. -----

## **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **1.1** Apreciação e votação da Ata da primeira Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 28 de abril de 2022 e da Ata da primeira Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 27 de junho de 2022. -----

**1.2** Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----



Peis  
2  
F  
A

## 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, artº. 29º do Regimento); -----

2.2 Apresentação da Estratégia do Alto Minho 2030; -----

2.3 Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2023 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12.09); -----

2.3.1 – Documentos Previsionais de 2022 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental;

2.3.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados; -----

2.3.3 – Mapa de Pessoal 2023; -----

2.3.4 – Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2023; -----

2.3.5 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

2.4. Nomeação de Auditor Externo, de acordo com a Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, para 2022, 2023 e 2024. -----

2.5. Participação da CIM do Alto Minho como associado do **CIAB** – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Conflitos de Consumo. -----

## 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Cumprimenta toda a Assembleia e os Presidente de Câmara, com destaque ao Presidente da Câmara de Melgaço, Concelho onde se realiza esta sessão, cedendo-lhe a palavra. -----

Manoel Batista – Cumprimenta todos os presentes agradecendo a participação, no Município mais a norte, Melgaço, o destino Natureza Mais Radical Portugal. Informa que no Conselho Intermunicipal, foram aprovados vários assuntos a serem apresentados, destacando que o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal solicitou a apresentação da Estratégia para o Alto Minho no horizonte 2030, aprovada recentemente no seminário realizado em Caminha e que, será apresentada pelo Paulo Queiroz. -----

--- O Presidente da Mesa agradece as palavra e a amabilidade do Presidente da CIM, em receber esta Assembleia no seu Município, dando conhecimento que no fim da sessão, será feito um percurso para visitar um espaço que sofreu intervenções, com um dos projeto que a CIM e os Municípios entenderam por bem, avançar e irão ver, “in loco” e pela primeira vez, uma das ações da CIM no âmbito da Assembleia Intermunicipal, mais informa que se realizará um jantar de Natal onde todos poderão conviver um pouco mais. Solicita a colaboração de todos, como habitual para uma reunião profícuca, com as intervenções entendidas como convenientes, nos termos do regimento. Quanto aos assuntos apresentados pelo Conselho Intermunicipal espera como sempre, uma boa reflexão, discussão e aprovação dos pontos apresentados, com o espírito de



colaboração que sempre se tem verificado, para que o mesmo, possa desenvolver a sua atividade de forma regular, para bem de todo o Alto Minho. -----

--- Dá início à Ordem de Trabalhos, Período de Antes da Ordem do Dia, começando por referir o ponto **1.1** Apreciação e votação da Ata da primeira Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em Viana do Castelo em 28 de abril de 2022, previamente distribuída pelos membros. Posta a discussão e não havendo pretensões de intervenção, passa a votação, tendo efetuado uma chamada nominal, dos membros, que compõe a Assembleia Intermunicipal. num universo de 29 membros presentes, obtiveram-se: 23 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. -----

Apreciação e votação da Ata da primeira Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada em 27 de junho de 2022, em Ponte de Lima, previamente distribuída pelos membros. Posta a discussão e não havendo pretensões de intervenção, passa a votação. Num universo de 29 membros presentes, obtiveram-se: 21 votos a favor, 8 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovada por maioria dos presentes. -----

--- O Presidente da Mesa passa ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos -----

**1.2 Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.** -----

--- O Presidente da Mesa refere ser este o período, onde podem ser apresentadas propostas, moções e assuntos de interesse, pelos membros da Assembleia Intermunicipal, questionando se alguém se pretende inscrever, neste ponto da Ordem de Trabalhos. Inscrevem-se os membros: Celestino Ribeiro e Elisa Ruivo. Cede a palavra ao primeiro membro inscrito. -----

Celestino Ribeiro – Agradece a oportunidade e cumprimenta todos os presentes, começando por referir, como sendo de conhecimento geral, que o Ministério da Educação, pretende proceder a um conjunto de alterações, na gestão dos seus docentes de quadro e na contratação de novos. Apesar de contar com os aliados tradicionais, no apoio à assinatura de Acordos, com prejuízos para a classe docente e escola pública, para os alunos e famílias, sendo uma realidade as contestações nas ruas, nas escolas e nas comunidades. Refere que as CIM's e as Áreas Metropolitanas, são arroladas a este processo em dois planos distintos; i) porque a revisão das dimensões dos territórios do quadro de zona pedagógica, hoje assumidas pelo Ministério da Educação, fará como tudo indica, que estes se ajustem aos territórios das CIM's e das Áreas Metropolitanas; ii) apesar dos avanços e recuos, dos meios sim e não, que mais não são que formas de, com pouca explicação, fazer valer a política de quem se outorga, dono da vontade e pensamento coletivo, bem visível nos esclarecimentos dúbios do Ministério e da própria interrupção do processo negocial com as estruturas sindicais, deixando ver, que na verdade não se esconde a intenção da possibilidade de integração de professores em mapa de pessoal



*Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'P' and 'A' with a flourish below.*

intermunicipal e de uma gestão, ainda pouco clara das competências e dos domínios. Refere-se ao eco sentido, de um Conselho de Diretores de Escolas e Agrupamento de Escolas, na gestão desse mapa de pessoal docente, cujo dinamismo se operacionaliza em projetos, que afinal podem ser não enraizados na afirmação pedagógica das escolas e dos agrupamentos, mas antes naqueles que concorrem a Fundos Europeus, através de projetos que podem efetivamente ser destinados às escolas, ou seja, as CIM's e as Áreas Metropolitanas. Os docentes, estão reféns desta dicotomia decisória, que coloca a CIM e o Conselho de Diretores de Escolas, na escolha de professores em função de perfis adequados aos referidos projetos. Acresce, que para além desta intenção, a parca representação colegial, na gestão da Escola Pública, onde, desde 2008 existe um órgão unipessoal, o Diretor, com uma agravante, ao contrário do que o Estado faz com a Escola privada, maioritariamente financiada pelo próprio Estado, somados os apoios das autarquias, CIM's e Áreas Metropolitanas, dando-lhes recursos, meios e autonomia, os Diretores das Escolas Públicas, perdem ainda mais autonomia, perdem recursos e projeto, dando-lhes apenas, àqueles a quem tal serve a vaidade de participação, numa decisão que afinal, não será verdadeiramente sua. Resta saber da necessidade dos Conselhos Pedagógicos das Escolas e dos Agrupamentos, do reconhecimento da sua capacidade para decidir, o que pedagogicamente, é mais adequado à Escola e ao Agrupamento, como de resto tem vindo a ser essencial até em projetos desenvolvidos, em parceria com a própria CIM; desde logo no School4ALL ou na participação, por exemplo no Plano Nacional das Artes, entre outros. O momento exige clarificação, posicionamentos e uma ampla participação, dando dela conhecimento, a todos e de forma muito particular, a esta Assembleia. Assim questionam, o Conselho Intermunicipal da CIM, na pessoa do seu Presidente, com sete questões descritas numa folha em anexo a esta ata. (Doc 24/2022). Continua a sua intervenção, referindo ser claro, que estará a dimensão das respostas, ao alcance do que está, em curso ou o papel da própria CIM. Se nas respostas sobressair o não, generalizado, tal significará muito da interpretação do papel que a própria CIM tem e terá na estrutura administrativa do território, dizendo muito, também, dos propósitos da sua criação e da forma como é considerada pelo Governo. Por essa razão, o momento que se vive, não é apenas uma questão de professores, é uma afirmação mais ampla, do desenvolvimento das políticas públicas e da própria Constituição da República Portuguesa. O PCP, no quadro da sua intervenção em coligação com a CDU, tem sido claro sobre o que entende, tendo já afirmado neste plenário, por diversas vezes. O Conselho Intermunicipal da CIM não é nem pode ser, um Governo Regional, como esta Assembleia, não se substitui a uma Assembleia Regional, resultante de um verdadeiro processo de Regionalização. Mais refere, que da mesma forma, o não o são as CCDR's, cuja dependência tutelar dos membros do Governo, lhes impõem a atribuição de responsabilidade de concretização regional, das políticas e decisões tomadas pelo



*Handwritten signature and initials*

Governo Central, numa clara troca da Regionalização, por formas mais dissimuladas de Centralismo. Assim, entendem ser necessário, perceber o posicionamento do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho e mesmo da sua Assembleia Intermunicipal, quando aumentam as influências da CIM e as suas próprias responsabilidades e a sua participação na construção de um modelo, que pode fazer esquecer, princípios constitucionais, que apelam ao urgente processo de Regionalização. Um processo, que entre outras razões, daria mais coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências, entre os vários níveis da Administração, quer Central, Regional e Local, criando condições para uma política de desenvolvimento regional, com a ativa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais, garantindo a defesa da autonomia do poder local. Mais um processo, que não desresponsabiliza o Estado, nem o substitui nas suas competências, como é o caso da questão em torno dos professores. Mais refere, que as respostas às questões agora levantadas, são urgentes e necessárias, pelo que importa no momento, sobre a matéria, mas também para que toda a comunidade do Alto Minho, perceba os compromissos, ou não, que poderão ser assumidos e o impacto destas decisões nas suas vidas. Disse. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção, solicitando a disponibilização de uma cópia à Mesa, para elaboração da ata. É concedida a palavra à membro Elisa Ruivo. -----

Elisa Ruivo - Dirige-se a todos os participantes, começando por dizer que nos últimos três anos, todos fomos colocados à prova, referindo a pandemia, provocada pela COVID19, que fez atuar com maior incidência os profissionais de saúde, do setor social e da educação, mas também, os autarcas que mobilizaram recursos financeiros, estruturais e humanos, para o combate e controlo da pandemia. Enquanto sociedade e particularmente políticos, foi um período que obrigou a uma reflexão de aspetos fundamentais. Enuncia em primeiro lugar, a importância do Estado nas emergências da saúde e a imprescindibilidade da defesa da vida como um valor mais alto. Esta consciencialização, veio tornar ainda mais visível, a necessidade de um modelo de saúde universal que se complementa, interaja com o setor social, económico, da investigação e inovação. Apendeu-se que é necessário rever pressupostos, na lógica da permanente adequação. É necessário ponderar questões estruturais, organizacionais, questões relativas ao investimento e até à agregação de esforços em torno na defesa da saúde pública. Mais refere, que em igual período, mais se assistiu ao processo de descentralização de competências, entre as quais, as da saúde, às quais os municípios do Alto Minho não puderam aderir, uma vez, que o setor da saúde, se encontra organizado, no modelo de Unidade Local, neste caso a ULSAM (Unidade Local de Saúde do Alto Minho), que inclui duas unidades hospitalares, doze Centros de Saúde, num total de trinta e sete unidades funcionais, duas unidades de Cuidados Continuados, dez equipas de apoio domiciliário, duas equipas de Unidades de Cuidados Paliativos e um Centro de Telesaúde.



Referindo, os Censos de 2021, a ULSAM abrange um território com uma população residente, estimada em 231 mil indivíduos, dos quais 11%, são jovens com idades inferiores a 15 anos e 28% adultos, com idade superior a 65 anos, assim apresenta esta região, um índice de envelhecimento de 252 idosos para cada 100 jovens. No mesmo documento, refere que as doenças cardiovasculares, continuam a ser a maior causa de morte, seguida da doença oncológica e das doenças respiratórias. É com base nestes indicadores de envelhecimento da população, do aumento de doenças crónicas e das oncológicas, aliadas à vasta área geográfica, que o Alto Minho, deve consolidar uma organização de saúde funcional, adequada e capaz de responder eficazmente. O futuro do SNS (Serviços Nacional de Saúde) está na prevenção da doença e na atuação eficiente na doença aguda, reduzindo custos importados a esse setor. Com base no reconhecimento das reais necessidades, felicitam a CIM, pela assinatura do Protocolo em colaboração com a ARS Norte e a ULSAM, no passado mês de agosto, com o objetivo de elaborar projetos técnicos de melhorias nas Unidades de Cuidados Primários dos dez Concelhos. Estando previsto numa primeira fase, um investimento elegível, de cerca de 3,3 milhões de euros, no âmbito do PRPT. A melhoria nas infraestruturas será, para aqueles que acedem diariamente a estes serviços, sendo que o Plano de atuação enquanto CIM, não se esgota no investimento e na requalificação de infraestruturas, sendo mais abrangente. Segundo o documento estratégico, recentemente apresentado, prevê-se a dinamização de uma alimentação saudável, da prática de atividade física, como medidas preventivas de doenças, o desenvolvimento dos serviços de telemedicina e teleassistência na saúde, assim como serviços de proximidade, em colaboração com o ensino superior e unidades de investigação. Não deixam de reconhecer, que a nível hospitalar, a resposta eficaz nos cuidados, durante a pandemia, assim como o desenvolvimento de áreas clínicas específicas, como o complemento de técnicas endoscópicas de excelência, a telemedicina aplicada na saúde mental e psiquiátrica, como a aposta nos serviços de oncologia e cuidados paliativos. Mais refere, que enquanto se assiste ao encerramento de serviços de urgência, em várias zonas do país, a ULSAM tem conseguido corresponder ao solicitado, apresentando um aumento de cerca de 20% na afluência a este serviço, sendo a doença respiratória a causa principal. Não podendo deixar de admitir e assumir, que este serviço possui alguns pontos de fragilidades, sendo que os cuidados hospitalares, se encontram em edifícios com décadas de existência, onde é sentido o desgaste e, no serviço de urgência, nomeadamente na urgência pediátrica, o hospital de dia, consulta externa e central de colheitas, com dimensões desadequadas ao número de atendimentos diários. Enuncia outra realidade, a falta de resposta aquando de alta hospitalar, para doentes idosos e com doenças incapacitantes, sendo perceptível, casos de doentes com alta médica que permanecem no hospital durante um a dois meses, por demora de respostas. Entendem, que enquanto CIM dever-se-á combater a necessidade



apresentada, pois assim enquanto estes doentes ocupam camas hospitalares, outros doentes aguardam cirurgias. O aumento do número de camas, nos cuidados continuados, assim como a atribuição de camas aos cuidados paliativos, atualmente inexistente no Distrito é urgente. Finaliza, com uma felicitação à CIM do Ato Minho, pelo trabalho executado. Aproveita o momento para desejar boas festas a todos os participantes. -----

--- O Presidente da Mesa, agradece a intervenção e solicita cópia da intervenção. Cede a palavra ao Presidente da CIM. -----

Manoel Batista – Começa por cumprimentar a Mesa e referir que os assuntos apresentados, pelos dois membros interventivos, são de extrema importância para todos os territórios abrangidos por esta Comunidade Intermunicipal. Sobre a educação, informa que a CIM tem tido, ao longo dos últimos anos, uma preocupação extrema, em ser um ator de intervenção forte, no intuito de provocar mudança. Informa que há quatro anos, foram desafiados, pelo então Ministro da Educação, cada município, para maior atuação na requalificação, do parque de escolar deste território, tendo sido um trabalho elaborado de forma, quase integral e com resultados muito eficazes. A CIM fez um trabalho, não só infraestrutural, mas também utilizando o período de programação do Quadro PT2020, com um projeto avultado, o School4ALL, que permitiu levar às escolas um trabalho meritório, com o grande objetivo, entre outros, da resolução e diminuição do insucesso escolar. Refere que este trabalho não se esgota, nem pelo lado da infraestrutura, nem da necessidade de requalificação, nem do lado da intervenção nas escolas. Referindo-se às sete perguntas colocadas, ao membro que interveio sobre a educação, responde, que no momento, não reúne condições para responder. Mais refere, que até à data no Conselho Intermunicipal, não foi feita uma reflexão tão séria e apurada, como é solicitada nesta sessão, pelo membro Celestino Ribeiro. Comunica que se mantêm atentos e irão fazer trabalho, considerando que a transferência de competências, quer seja para os Municípios, para as CIM's ou até, agora trabalhadas para as CCDDR's (Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional), serão acompanhadas, pelo Conselho Intermunicipal, procurando saber quais serão as suas competências. As competências, a gestão e a eventual responsabilidade que sejam incumbidas às CIM's, serão tratadas com toda a competência e eficácia por esta Comunidade Intermunicipal, a que preside. Não sendo possível responder a todas as questões apresentadas, poderá responder numa próxima Assembleia Intermunicipal, sobre o trabalho desenvolvido nesta matéria. Referindo-se à intervenção no global, indica não ser postura desta CIM, achar que se podem substituir na totalidade das competências do Estado, tendo a Tutela competências que não pode delegar. A CIM assumirá, as competências e dimensões que lhe forem incumbidas, fará uma gestão de equilíbrios, sendo que uma regionalização que se pretenda fazer, desta forma terá que ser pensada de forma equilibrada, para se chegar a uma verdadeira regionalização, com capacidade que permita a cada território, ter





*Handwritten signature and initials*

com maior proximidade, a decisão, a capacidade de serem atores mais diretos na decisão, em relação à situação atual, situação defendida por esta CIM, sem que se esgotem as competências do Estado nesta matéria.-----

Passando à questão da saúde, também apresentada por um membro da Assembleia Intermunicipal, informa que nesta matéria tem existido um maior cuidado, com uma intervenção mais forte, que até então não se tinha verificado. Sendo certo, que na área da educação houve, uma intervenção mais forte, na área da saúde o mesmo não se verificou. Por essa razão, o que a CIM tem procurado, junto do Conselho de Administração da ULSAM, entidade que lidera todo o processo da saúde no distrito, sendo como é de conhecimento geral, uma boa ULS (Unidade de Saúde Local) no Alto Minho e não vendo os municípios, transferidas competências, ou seja, as mesmas não existem, o que está a conduzir a CIM a uma conversa profunda com a ULSAM, para perceção, das necessidades do ponto de vista do investimento e da intervenção, para que os Municípios e a CIM, possam assumir as suas responsabilidades. O proposto pela CIM, ao Conselho de Administração da ULSAM, no que se refere à área do investimento, é de se fazer um levantamento exaustivo das necessidades de investimento existentes, em cada um dos municípios, trabalho que não existia, nunca feito por parte da ULSAM, como o levantamento de uma ou outra situação de necessidades de Centros de Saúde, existentes ou a criação de um ou outro. Tem sido preocupação da CIM, fazer este levantamento, sendo necessário uma intervenção conjunta, já com um Protocolo elaborado, celebrado em finais de agosto do ano passado, tendo atualmente, todos os municípios e equipas de projeto a trabalhar, no sentido de perceber quais são as necessidades de intervenção, em cada um dos Centros de Saúde. Alguns municípios, já têm praticamente o trabalho elaborado, existindo um mapeamento das necessidades na área de intervenção, de cada um dos municípios, para se apurar o valor necessário, para que se possa intervir na revitalização de todos os Centros de Saúde, para além da criação de um ou outro, para que, dentro de 30 anos, estejam todos os equipamentos de saúde, revitalizados. Foi entretanto, realizado pela ULSAM, um levantamento de necessidades, que resultou num valor que ficou afeto ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), de cerca de 3,3 milhões de euros, tendo o levantamento efetuado pela CIM, através de cada um dos seus municípios, apurado um valor de intervenção de cerca de 13 milhões de euros, verificando-se uma diferença considerável. Refere ser o PRR um instrumento, um pouco difícil de mexer, continuando a pressionar no sentido do PRR, possa acumular o diferencial entre os valores apurados, para se poder fazer o investimento necessário na recuperação deste tipo de património. Na impossibilidade do PRR acomodar a totalidade deste diferencial, será necessário procurar a combinação de outros instrumentos de financiamento, para ser possível, a requalificação que se pretende, no próximo Quadro Comunitário que se inicia. Paralelamente, o que se tem demonstrado à ULSAM, é a



disponibilidade, não só para o *hardware* mas também com disponibilidade para colaborar no *software*. Não será a CIM, nem cada um dos municípios a fazer a gestão da saúde neste distrito, mas com toda a disponibilidade de colaboração, para bem gerir, sendo de censo comum, no Conselho Intermunicipal, a noção da necessidade de fazer um ajustamento na gestão da saúde. Sendo verdade que, a Moção apresentada dá nota do valor do trabalho efetuado, sobretudo, no período de pandemia, tendo sido extraordinária a capacidade da ULSAM e de cada um, dos atores na área da saúde, para darem respostas às necessidades existentes. Realça a boa capacidade de ajustamento, no período pós-pandemia, para que as respostas sejam reativadas de forma normal, acreditando, ser possível mais e melhor e que os Municípios e a CIM podem ter uma colaboração ativa, dentro das suas competências e das suas capacidades para também, colaborar na gestão, para melhorar a resposta de saúde, mais qualificada às populações deste território. Questiona se respondeu ao questionado, de uma forma geral, às pretensões dos interventores, na área da educação, informando neste momento não haver informação do trabalho efetuado. Demonstra-se disponível, para qualquer questão que subsista. -----

--- O Presidente da Mesa, questiona os membros da AI, nomeadamente aos que intervieram. É manifestada intenção por parte do membro, Celestino Ribeiro. É cedida a palavra a este membro.

Celestino Ribeiro – Agradece a oportunidade de nova intervenção. Felicita o Presidente do Conselho Intermunicipal, por estarem a aprofundar a matéria por si apresentada, referindo ser de interesse comum, sendo o futuro que está em causa, não só o modelo da Administração do Território, mas efetivamente o futuro. Sobre os esclarecimentos solicitados, refere uma das questões. ser claramente sobre factos, em que a memória deverá estar presente, no que se refere a negociações com o Governo, falando do Mapa de Pessoal, a possibilidade de fazer melhor, no que respeita à integração de docentes, questionando se sobre essa matéria houve ou não, algum tipo de negociação com a CIM. Agradece. -----

Manoel Batista – Responde de imediato, a confirmar que não houve, nem terá havido, em todo o país. Referindo que toda as negociações relacionadas com a educação, foram feitas, de forma direta, com a Associação Nacional de Municípios (ANMP), desconhecendo, se qualquer outra CIM tenha estabelecido conversas diretas com o Governo sobre a matéria em questão.-----

-- O Presidente da Mesa agradece as intervenções e terminadas as mesmas, propõe a passagem ao Período da Ordem do Dia, ao ponto **2.1** Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, art.º 29º do Regimento), convidando o Presidente da CIM a pronunciar-se sobre o mesmo, referente ao período que medeia, entre a última reunião da Assembleia Intermunicipal até ao presente. -----



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Manoel Batista – Agradece e retoma a palavra, passando a dar algumas notas, referindo que o Primeiro Secretário da CIM do Alto Minho, Bruno Caldas tem uma apresentação, que disponibilizará de uma forma mais gráfica, o trabalho feito pela CIM ao longo do ano de 2022. Começando por realçar que no âmbito, do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão do Território (PDCT), existe uma realização, até à data de 30 de novembro de 2022, na ordem dos 82,2%, sendo a média da região de 71,1%, o que significa que a CIM do Alto Minho e os seus vários Municípios, têm tido uma capacidade de execução do PDCT acima da média, posicionando-se como uma das melhores CIM's do Norte do país. No que respeita ao Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN), programa comunicado há um ano, no que se refere às candidaturas, foram aprovados 56 projetos, com uma execução de 73%, apoios no âmbito do PDCT a projetos de iniciativa privada, apresentando também uma excelente taxa de realização. Sobre o PROVERE Minho IN, refere estarem a dar continuidade ao projeto, com vários eventos, denominados – Essência do Minho, tendo-se realizado em Lisboa, no Parque de Monsanto e no Porto em Serralves, à quinze dias atrás e ainda, em preparação um evento de maior abrangência transfronteiriça em Santiago de Compostela, com notoriedade, no sentido da promoção do território, participação também, na Feira do Turismo (BTL) em continuação do que vem sendo comum há vários anos. Refere o sucesso do programa de intervenções artísticas na comunidade, realçando diversas intervenções, destacando duas intervenções: uma do ponto de vista, de produção de obras de arte, colocadas no território, com um valor de investimento na ordem dos 700 mil euros, sendo notável quando comparado com o que neste momento, se faz no país em termos de produção cultural e os valores existentes para essa produção cultural, sendo porventura mais baixos que o valor apresentado; outra relacionada com a organização de um ciclo de conferências sobre a importância do feminino no Minho. Foi operacionalizado o Programa de Ação de Valorização Turística do Alto Minho, tendo o território alcançado mais uma vez o galardão “Green Destinations 2022”; também foi reaprova da Carta Europeia de Turismo Sustentável, cujo galardão europeu atribuído pela Federação Europeia de Parques (EUROPARC) foi recentemente atribuído esse galardão, a 2 de dezembro em Bruxelas. Dá nota da estruturação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento, sendo posteriormente matéria de apresentação. Foi aprovada a Estratégia de Intervenção Integrada da CIM do Alto Minho, em Caminha. Também no âmbito desta iniciativa, destaque para o projeto “planear para intervir” através do qual a CIM tem vindo a desenvolver ações focadas em duas áreas consideradas prioritárias para este território: a área da Competitividade Territorial, em desenvolvimento no sentido de alavancar a componente do Empreendedorismo das Incubadoras da Aceleração de Ideias de Negócios e Transferência do Conhecimento, sendo outra área importante, a promoção do Turismo Sustentável do Alto Minho, duas áreas em execução para potenciar o território no período de programação 2021-27. Na área do



PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) está a ser desenvolvido um trabalho, já referido na intervenção sobre a saúde, sobretudo na ótica da qualificação dos Equipamentos de Saúde e como referido com um valor fixado em PRR, de 3,3 milhões de euros, com necessidade de reforço na ordem dos 9,2 milhões de euros, para se poder responder às reais necessidades do território. Ainda no PRR, está aprovada uma candidatura que permitirá a criação de dois espaços de *cowork* centralizados, um em Valença e outro em Ponte de Lima, com respostas para o Alto Minho. Está também, a ser trabalhada a descentralização de competências, como já referido, na área da Educação com mais afinco. Refere a área dos transportes, informando que o concurso para a Rede Intermunicipal de Transportes do Alto Minho, está prestes a ser finalizada, comunicando ter informação,, que na semana seguinte, a esta sessão, o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira será definitivamente aprovado pela AMT (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes) e com brevidade será aberto o respetivo concurso. Após este pequeno resumo, solicita ao Primeiro Secretário do SEI, Bruno Caldas a apresentação do vídeo das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Decorre a apresentação do mesmo, sendo possível a sua visualização através do Link:<https://www.youtube.com/watch?v=LzC9qvTxuHU>. -----

Mais informa que o vídeo apresentado, se encontra disponível na conta do You Tube da CIM do Alto Minho, acessível através do site da CIM Alto Minho em [www.cim-altominho.pt](http://www.cim-altominho.pt). -----

--- O Presidente da Mesa agradece a apresentação e questiona a Assembleia, se alguém pretende intervir. Não havendo inscrições passa para o ponto **2.2** Apresentação da Estratégia do Alto Minho 2030, solicitado pela Assembleia Intermunicipal, tendo sido convidado o representante da empresa, que está a elaborar o documento, Paulo Queiroz. É concedida a palavra. -----

Paulo Queiroz – Começa por cumprimentar a Assembleia, os Presidentes de Câmara, Presidente do Conselho Intermunicipal, Primeiro Secretário e demais presentes. Refere estar feliz por se encontrar em Melgaço a participar nesta sessão, para falar do exercício de planeamento que a CIM do Alto Minho, tem desenvolvido. Começa por expor, que atualmente, planear é um exercício contínuo, sendo a CIM um bom exemplo. Durante muito tempo, foi cultivada uma ideia de que se elaborava um plano, se executava e depois elaboravam-se outros. Hoje e de acordo com as intervenções já feitas, o vídeo apresentado, já se percebeu que planear é uma atitude constante, de fazer, monitorizar, avaliar, refazer sempre que necessário, trabalho que vem sendo feito pela CIM, no contexto da preparação do próximo período de programação. Entende ser desnecessário falar da importância dos Fundos Estruturais, sendo em Portugal cerca de 90% do investimento público, logo se não houver estes Fundos não haverá investimento público. Sendo Portugal, um país da União Europeia, em que a percentagem de investimento realizado e financiado por Fundos Estruturais, é o maior da Europa, não só o investimento público, mas também o investimento privado. Refere o Seminário realizado em Caminha, já abordado anteriormente, em

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



fi  
A  
E

que se obteve notícia, por um representante do Programa Operacional que interveio, informando que no Alto Minho, o investimento público e privado durante o PT2020, já ultrapassou os 1,1 milhões de euros, canalizados para este território. Estes dados são importantes, para a forma de alocação dos Fundos e o impacto que os mesmos terão na vida de todos. Assim, informa que o Alto Minho vem fazendo o “seu trabalho de casa” desde 2018, à imagem do que Portugal faz, sendo uma precursão do processo, iniciando-se com a execução de uma Estratégia, posteriormente discutida e aprovada, elaborando-se um Plano de Ação e passando-se depois à sua execução. O Alto Minho à imagem do que fez Portugal, com o Portugal 2030, também criou a sua estratégia “Alto Minho 2030”, onde definiu desígnios temáticos, uma visão, objetivos estratégicos e específicos para o próximo período de Programação, tendo-o feito com uma participação alargada, com entidades relevantes para o desenvolvimento nas diferentes áreas em que tocam os Fundos Estruturais, trabalho efetuados nos últimos quatro anos, sendo uma Estratégia, que pugna por uma região mais competitiva, mais atrativa, mais conectada, mais resiliente e mais capaz de se adaptar à mudança, sendo um documento que está consolidado em termos de Estratégia e aprovado. O ponto em que se encontra esta CIM, é no da transformação desta estratégia, destes objetivos e desta visão para o futuro, num Plano de Ação, dando conteúdo, a todos os postulados em termos estratégicos, traduzindo num conjunto de projetos e investimentos, que virão a ser realizados, nos próximos sete anos, que como todos sabem, ser um período de programação de sete anos, sendo este em concreto, de 2021 a 2027 e já nos encontramos quase em 2023. Mas é neste o momento, em que nos encontramos, momento da programação e da preparação dos Fundos em que se está a trabalhar. Como é que se concretiza a estratégia, num Plano de Ação, que está a ser elaborado. Desde logo, pela definição de um conjunto de missões para cada uma das cinco áreas que foram entendidas como mais relevantes, e em cada uma delas, também foram considerados um conjunto de desafios a enfrentar, estando neste momento a trabalhar em várias linhas de ação e de projetos, já com orçamentos e montagem estrutural financeira e de engenharia institucional, a serem preparados, para poderem ser executados ao longo do próximo período de programação. Descreve as grandes áreas, os cinco temas em torno dos quais, este Plano de Ação está a ser elaborado: i) Cultura, Património e Turismo, área extremamente relevante no contexto do Alto Minho; ii) Inclusão Social, Educação e Saúde; iii) Economia Competitiva ancorada nos recursos endógenos; iv) Coesão Territorial, dentro da própria CIM do Alto Minho; v) Natureza, Transições Climática e Energética e o Património Natural. Estes são os grandes temas, as grandes áreas de intervenção do Plano de Ação da CIM do Alto Minho, onde se está a procurar criar, um conjunto de compromissos, inteligíveis e um conjunto de metas que sejam perceptíveis, por todos e assumíveis pela CIM e pelos próprios Municípios. Não querendo aborrecer, com grandes diagnósticos, *dashboards* e dados estatísticos,



mas entende ser importante abordar algumas impressões e tendências, que são importantes, para melhor entendimento a partir das quais é necessário dar respostas. Muitas respostas são ambivalentes, negativas e por vezes não são lineares. Por um lado, em termos de um passado recente, o Alto Minho é um território que consegue atrair investimento nacional e estrangeiro e designadamente, de carácter industrial. Nos últimos anos, verificou-se uma grande transformação no tecido empresarial do Alto Minho, com a atração de investimento nacional, mas sobretudo estrangeiro, com uma abertura ao exterior e uma capacidade exportadora notável. Enuncia a capacidade do Alto Minho, em atrair e fixar pessoas, mas, atendendo a um lado menos positivo, não é capaz de compensar o saldo natural, existindo um fenómeno de envelhecimento, que é nacional e não apenas exclusivo do Alto Minho, mas que tem aqui, uma particular incidência. Por outro lado, verifica-se um crescimento e melhoria significativa, ao nível de qualificações da população do Alto Minho. No entanto o tecido empresarial e o tecido económico, têm algumas dificuldades em incorporar as qualificações de nível superior, sendo uma área com necessidade de atenção e trabalho a desenvolver, em fazer o *matching* entre as qualificações das pessoas e o que o tecido económico, social e cultural é capaz de absorver e de proporcionar emprego. Os níveis de desemprego, na região norte estão abaixo da média do país, no entanto, verifica-se algum desequilíbrio entre a oferta e a procura, das qualificações e daquilo que o mercado procura. Em termos culturais, o Alto Minho, tem vindo a afirmar-se com projetos e eventos com projeção nacional e internacional, sendo contudo, necessário reforçar as acessibilidades à cultura e às práticas artísticas. Em termos turísticos, também é bem perceptível o significativo crescimento, no entanto, é necessário olhar para a concorrência e tornar, o nosso turismo mais rentável e trabalhar as questões da sazonalidade, de forma a tornar o negócio turístico mais próprio e mais rentável. Para finalizar as questões aqui apresentadas, refere os recursos culturais e naturais existentes, que são singulares no Alto Minho, mas cuja preservação e valorização, implicam um investimento forte, significativo e permanente. Voltando às cinco áreas de partida, que foram referidas, foi definida uma missão e foram definidos desafios que é preciso afetar, nomeadamente da economia competitiva, que foi ancorada nos produtos endógenos. A grande missão a que a CIM e os Municípios, se propõem, é tornar o Alto Minho mais competitivo, mais global e com potencial transformador, enfrentando quatro grandes desafios. Por um lado, ser capaz de articular o investimento direto do estrangeiro e as atividades industriais mais avançadas com a restante base produtiva, o investimento direto estrangeiro que foi possível atrair para o Alto Minho, sendo necessário reforçar laços, entre as empresas que procuraram o Alto Minho e o tecido mais tradicional existente, das pequenas e médias empresas, é necessário reforçar e reconverter, recursos humanos. Vai-se aprofundando a questão da concorrência dos recursos humanos, que são hoje um recurso bem escasso, cada vez mais sentido. É necessário, alargar e diversificar os



focos de inovação, de empreendedorismo, algo que tem vindo a ser feito e terá que ser aprofundado, com a transição para processos produtivos mais qualificados para a base local. É necessário promover a atratividade territorial e a identidade competitiva, que já existe no Alto Minho, pois este tem-se vindo a projetar como um território competitivo e capaz de atrair o investimento estrangeiro, tão procurado por todas as regiões do país, sendo necessário reforçar essa identidade e essa capacidade. Outra grande área, a da inclusão social, educação e saúde, onde a grande missão proposta, é a de tornar o Alto Minho mais inclusivo, mais saudável, proporcionando qualidade de vida para todos, garantindo a sustentabilidade demográfica, enquanto dimensão central da coesão social, promovendo o envelhecimento ativo, assegurando formas de reconciliação entre as esferas de aspeto familiar e profissional e desenvolver esforços de atração e integração harmoniosa de novos residentes, que vão ser necessários. Alargar o acesso às qualificações e à aposta no desenvolvimento das competências, combatendo as desigualdades e promover a inclusão e a saúde, reforçando o bem-estar e qualidade de vida, sendo os três grandes desafios nesta área. Disponibiliza a apresentação, em que esta bem demonstrada e territorializada a região, num conjunto de mapas selecionados, que permitem ilustrar os desafios apresentados. **(Doc. 25/2023)**. -----

Na grande área da natureza e das transições climáticas e crise energética, a forte missão proposta, é tornar o Alto Minho, num território que garanta a sustentabilidade dos ecossistemas. Mitiga e adapta-se de forma harmoniosa e ajusta-se, às transformações climáticas e energéticas, enaltece ser o capital natural do Alto Minho muito forte e que precisa ser rentabilizado, numa ótica de serviços do ecossistema, porque o Alto Minho, presta serviços ao resto do país, com este seu capital, quer na água, na floresta e em muitas outras áreas, sendo um bem que cumpre cuidar, valorizar e rentabilizar. Refere os quatro grandes desafios que foram propostos, regenerar os ecossistemas das paisagens, valorizando a biodiversidade e os recursos, assegurar uma transição energética justa, com a atenção da importância das questões da energia, como se vê recentemente, com o que se está a passar como consequência da guerra, promover a adaptação e as alterações climáticas e a previsão dos riscos naturais e valorizar e preservar os sistemas agroflorestais, que são suporte de muita atividade económica e suporte de produtos de grande qualidade, sendo estes também, emblemas do próprio Alto Minho. Na área da Cultura, do Património e do Turismo, a grande missão é tornar o território num espaço culturalmente vivo e atrativo, estimulando a criatividade e promovendo o acesso à cultura, salvaguardando o capital cultural e natural como um recurso e uma base de produtos turísticos e culturais, que podem daqui resultar. Quanto à questão concreta do Turismo, a redução da pegada ecológica do Turismo é um desafio, que todos os destinos turísticos têm pela frente, as questões da sustentabilidade do turismo vão ser fundamentais no futuro e as questões de qualificar a oferta turística e obter



ganhos em termos de notoriedade, diferenciação e uma promoção mais efetiva e mais impactante. Por último refere a área da Coesão Territorial, cuja missão é tornar o Alto Minho num território mais próspero e mais justo, que assegura oportunidades para todos, tendo como desafios, promover processos de inovação, suportados em processos mais colaborativos e multiterritoriais, de diferentes escalas e relacionamentos. Quer na escala NUT's III do Alto Minho quer nas escalas de relacionamento com a NUT II da Região Norte, quer com a vizinha Galiza, elevar os níveis de prosperidade e de bem estar, as centralidades urbanas e os espaços rurais, intensificar o relacionamento, entre os centros urbanos e entre estes e a ruralidade, diminuir as vulnerabilidades críticas e aumentar a resiliência territorial, a capacidade de resposta aos impactos das crises e dos desafios que os territórios enfrentam e reforçar a acessibilidade, quer digital, viária e sobretudo aos serviços públicos. Termina, reforçando serem estas as grandes missões, nas áreas fundamentais e os desafios que em cada um, o Alto Minho se propõe atingir. Cita ainda, um último ponto, da governança, referindo como fundamentais e cada vez mais claro, as questões do desenvolvimento, que é tão importante o que se faz como, mas também como se faz, como se organiza, como somos capazes de responder rapidamente às alterações do contexto e às alterações do enquadramento. Alude ainda, que o Alto Minho, num passado recente, foi capaz, de aliar competência técnica a consensos territoriais, em torno de grandes objetivos, reconhecendo, em opinião própria, como ser um dos segredos do sucesso de um território, que tem decidido trabalhar, e como poucos, tem conseguido aproveitar as vantagens da cooperação intermunicipal e supramunicipal, sendo um grande ativo que se julga ser o segredo do sucesso desta estratégia e de outras que se venham a assumir. A capacidade do Alto Minho se organizar, não apenas politicamente, mas de articular com todos os agentes relevantes, na área da educação, do desenvolvimento rural, empresarial, de saber trabalhar em conjunto, enquanto região e saber dar resposta aos desafios com que se vê confrontado. Tendo terminado a apresentação, agradece e disponibiliza-se para qualquer esclarecimento. -----

-- O Presidente da Mesa agradece a apresentação, questionando os membros da Assembleia se pretendem colocar alguma questão, sobre o documento apresentado sobre o desenvolvimento deste distrito. Há a inscrição do membro, Carlos Resende. -----

Carlos Resende – Felicita o trabalho e realça um aspeto focado na apresentação, no que se refere à governança e da necessidade de intercambiar as capacidades, entre as diversas entidades responsáveis na intervenção no território. Refere a situação da pandemia, do COVID19, que mostrou a grande capacidade de improviso, realçando, a interligação entre municípios e estruturas regionais dos poderes ministeriais, não ser a ideal. Expõe que em alguns campos melhorou, noutros, ainda é necessário um grande desenvolvimento. Apresenta um pequeno detalhe, que sente alguma dificuldade em explicar e que lhe parece não ter sido mencionado, que é como





Handwritten initials in blue ink.

Handwritten initials in blue ink.

potenciar algo, que é muito característico desta região e de várias zonas do interior do país, no que respeita à emigração. Fala sobre os imensos emigrantes portugueses que deixaram de ser “o Zé pobre”, na Europa e mesmo na América. Sendo que, atualmente, pode ser o nosso representante para a exportação de produtos ou aquele que nos traz *know how* e que muitas vezes, não temos conhecimento. Refere por experiência de um familiar, que se encontra no México, e que em conversa com colega portugueses, que também lá vive, evidenciaram as dificuldades sentidas, para exportar algo de Portugal para o México, quer por imensas dificuldades burocráticas das alfândegas que funcionam mal, quer por questões tecnicistas que se colocam, dando como exemplo, os vinhos, que obriga a ter uma rotulação específica que em Portugal não existe, como as características químicas do vinho, sendo que sem esse tipo de rotulação não podem dar entrada em alguns países da América. Tendo por vezes, acessos a *Know hows* e tecnologias que aqui ainda desconhecemos. Assim, sugere que a nível da CIM ou das Câmaras Municipais, se criassem gabinetes de apoio específicos para estas iniciativas. A iniciativa que o nosso emigrante que em alguns locais, já tem capacidade industrial e comercial, inimaginável há uns trinta ou quarenta anos atrás, que quando pretende regressar com tecnologias novas, como podem ser recebidos, uma vez que também sentem muitas dificuldades e entraves a esta importação, de como inseri-las no nosso mercado. Entendendo ser necessário uma dinamização especial, que entende, merecer ser inserida nas questões de estratégia de uma região como o Alto Minho. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra, ao membro Celestino Ribeiro, que também manifestou intenção de intervenção. -----

Celestino Ribeiro – Agradece a disponibilidade, para a apresentação da Estratégia do Alto Minho 2030 e a solicita ainda a disponibilização da mesma (diapositivos), pois permitirá uma melhor análise do apresentado, mesmo tendo acompanhado de forma interessada a apresentação da mesma, sendo que estava a uma distância, que não permitia uma visualização perfeita. Passa a apresentar duas ou três notas, que entendem como importantes apresentar, sendo de preocupação acrescida: i) Trabalho realizado e desenvolvido pelos Municípios e pela CIM, que é bem reconhecida na Estratégia e valorizada no final da apresentação, informando que há caminho feito, com um grande potencial porque existe uma grande articulação dentro do território, fruto do trabalho efetuado, o que honra, os membros da Assembleia Intermunicipal, que de alguma forma também contribuem, pela aprovação de documentos essenciais para o exercício das atividades desta CIM, ser o que é e ter o reconhecimento que detém, neste momento; ii) uma segunda nota, de preocupação, sendo que na apresentação efetuada, embora não tenha sido entediante, com a explicação dos preâmbulos e o que está por trás da elaboração da Estratégia, mas refere o reconhecimento de uma incapacidade para absorção da qualificação que se tem vindo a registar



neste território, reforça ser muito, muito preocupante, sobretudo quando em conjugação, com uma maior disponibilização no território para acolher, como foi dito, principalmente no tecido industrial estrangeiro. Refere que é importante saber, que empresas são, a forma de acolher os nossos recursos humanos, que são mais qualificados e tiveram um grande investimento público, na sua própria qualificação, sendo extremamente importante, esta nota e se, a questão não se põe também em termos salariais. Saliencia a importância salarial, até por uma questão de integração no mercado de trabalho, sobretudo dos mais qualificados, porque não se pode ser alheio ao contexto que existe. Comparando com o resto do país e com as Áreas Metropolitanas, este território tem uma média salarial abaixo, para qualificações iguais, reforçando ser preocupante. Daí o ponto de vista, da não redução apenas a este espaço territorial, e de aceitar de bom agrado a existência desta situação. Sugerem que esta nota, terá que ser dada e transmitida, sempre que se está no aprofundamento da matéria apresentada; iii) a Estratégia apresenta-se interessante, até porque vem no seguimento do que tem sido afirmado, neste território, mas importa reconhecer, quais são os recursos financeiros de investimento que permitem concretizar agora a estratégia apresentada, solicitando uma abertura nesse sentido, na abertura de uma pequena janela, em que se possa testemunhar que esta Estratégia está alicerçada na necessidade de investimento, nesta possibilidade de concretização, ficariam muito agradecidos. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra ao Paulo Queiroz. -----

Paulo Queiroz - Começa por dizer que tomou nota de três questões, tentando dar as respostas solicitadas, sendo que a uma das questões não conseguirá responder. Quanto às questões da diáspora, da capacidade e da necessidade de trabalhar quer o regresso, quer trabalhar enquanto "antenas avançadas" diga-se assim, sendo que economicamente podem ser relevantes. Informa não ter referido, nesta apresentação, mas faz parte dos objetivos da área económica, o recurso que o Alto Minho tem, em termos das comunidades que tem em mercados que são vitais, estando a ser aproveitado e previsto aprofundar esses projetos, em torno, quer de apoio ao regresso quer no apoio ao investimento, e na exportação dos mercados, onde estão localizados. As questões seguintes, uma prende-se com algum desencontro entre a oferta e a procura das qualificações, sendo entendido, com importância, um estudo mais profundo. O que se verifica à data em países da OCDE, este encontro é cada vez mais feito ao nível local, não basta trabalhar a nível nacional estas questões, mas trabalhar as qualificações de uma forma mais fina e próxima do terreno, mais próxima das empresas, vendo quais são as empresas, procurando saber o que precisam e saber o que detemos e como se pode articular com os cursos que temos, sendo a ideia, propor sistemas de encontro e ajustamentos, de adequação, quer das empresas aos recursos existentes, quer das qualificações que existem e as necessidades das economias, referindo-se às empresas como tecido económico, social e cultural, público e privado. É numa lógica de aprofundar algo que



2  
A  
D  
T

também já tem vindo a ser feito, o encontro da procura e oferta e tentando, de alguma forma, resolver esta questão. A questão mais difícil, à qual não conseguirá responder, é a questão dos recursos, tendo conhecimento, nesta altura, de que a nível a contratualização com as CIM's, o que é o PDCT (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial) que será feito com o Programa Operacional Regional e as Comunidades Intermunicipais, nesta caso com a CIM do Alto Minho, o que é conhecido é que os referidos programas terão, sensivelmente, os mesmos recursos dedicados à contratualização, que teve no Quadro anterior. Sendo uma referência a montante, apresentada, que será globalmente para a região norte. A distribuição ainda não está feita, não existe nada em concreto, dizendo que para o Acordo de Parceria, no momento em que as CIM's forem convidadas, a apresentar uma proposta de Plano de Ação com Investimentos, as CCDR's ou as Autoridades de Gestão dos PO's (Programas Operacionais) vão dar um intervalo de investimento, trabalho ainda não realizado. Mais informa, que oportunamente existirão notícias, com o avançar deste processo, reconhece estar a sua resposta aquém da questão apresentada, mas apenas se sabe, que os recursos estarão ao nível dos de 2014-2021, quanto à distribuição interna, dos recursos, será feita pelas CIM's, com dados concretos dos Fundos apresentados e disponibilizados pela Autoridade de Gestão. Refere ser esta a resposta possível nesta data. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa refere a importância deste assunto, proposto pela Mesa da Assembleia Intermunicipal, para constar na Ordem de Trabalhos, reconhecendo ser uma informação enriquecedora para todos, abrindo oportunidades de discussão, agradecendo ao Paulo Queiroz a apresentação, comprometendo-se, oportunamente, a distribui-la por todos os membros, para mais calmamente poderem analisar e talvez, num futuro próximo voltar ao assunto, seguindo o seu desenvolvimento e perceber o que vai ser concretizado, após aprovação da mesma. -----

-----O Presidente da Mesa passa ao ponto **2.3** – Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2023 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12.09): -----

2.3.1 – Documentos Previsionais de 2022 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

2.3.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados; -----

2.3.3 – Mapa de Pessoal 2023; -----

2.3.4 – Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2023; -----

2.3.5 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

--- O Presidente da Mesa, sugere, numa inversão da ordem habitual, ceder a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal, para abordagem dos subpontos deste ponto 2.3 e posteriormente, serão apresentadas questões que entendam como pertinentes e procederão à



Ps  
2  
F

votação de cada um dos pontos. Tendo a concordância de todos os membros presentes, cede a palavra ao Presidente da CIM, para a apresentação dos documentos -----

Manoel Batista – Iniciando a sua intervenção e referindo-se ao primeiro documento, ponto 2.3.1 – Documentos Previsionais de 2022 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental, sugere que a apresentação seja efetuada pelo Primeiro Secretário da CIM, Bruno Caldas.-----

Bruno Caldas - Começa por cumprimentar todos os presentes, pedindo permissão para uma rápida apresentação dos documentos, estando disponível para responder a alguma questão que possa ser apresentada. Refere que atendendo à apresentação da Estratégia poderá acelerar alguns passos, vistos já terem sido feitas várias referências ao trabalho desenvolvido. Dá nota, que no que respeita aos documentos do Orçamento, situa-se esta CIM no ano quinze, e quando estes documentos foram aprovados em Conselho Intermunicipal, foi muito focado o referencial de Ação para 2023, muito de uma lógica agir a olhar para o futuro. Significa que a CIM vai manter o nível de ambição, nas áreas de intervenção já referidas, em momentos anteriores, pretendendo também abraçar novos desafios intermunicipais, exigindo a que equipa não esteja fechada dentro de si, mas numa perspetiva de melhoria contínua. Explica ser um momento delicado e de muita exigência, o processo de transição entre ciclos de programação, entendendo que o ano de 2023 será um ano de capacitar internamente a equipa, não perder oportunidades de financiamento, mas na lógica de melhoria contínua, preparar a equipa para novos desafios, sendo a melhor forma de os antecipar é desenhá-los no presente. Referindo-se às áreas de intervenção, apresenta o desafio de transformar a estratégia desta CIM em Planos de Ação que estarão divididos entre tipologias: o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT); a operacionalização do PROVERE e a implementação de uma nova estratégia relacionada com a DLBC Costeira. É importante referir, que o ano de 2023 será um ano bastante complexo porque implicará fazer duas coisas em paralelo, ou seja, fechar todos os projetos do atual período de programação, designado de PT2020, que termina oficialmente, de acordo com a legislação e regulamentos, em 31 de dezembro de 2023, o que se traduz no encerramento de toda a programação, com metas de execução que nos são impostas, estando esta CIM confortável, como já foi referido, pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, mas ainda é necessário um esforço adicional, junto dos municípios e entidades privadas para se atingir as metas traçadas. Mas, ao mesmo tempo, há necessidade de desenhar e aprovar os três Planos de Ação, num futuro muito imediato, que será no primeiro semestre de 2023, para fechar os instrumentos de intervenção territorial integrada. Informa que será dada sequência às prioridades definidas para este território, referidas e associadas aos serviços públicos, à economia regional e a uma estratégia mais de capacitação institucional, atrás referida, nomeadamente planejar, cooperar e capacitar, de uma forma, quase sempre, cíclica. Destaca ainda, alguns projetos relacionados com os ativos territoriais, no turismo,



na náutica, na criatividade, na cultura e no património cultural. Em relação aos serviços de proximidade, existe um grande foco nas questões relacionadas com a mobilidade e os transportes, com as competências existentes neste momento, associadas à descentralização de competências na área da formação, do ensino profissional e da componente social. Não entrando em detalhes nos vários projetos elaborados, com base nas três prioridades apresentadas, apenas, dá nota, das intenções na prioridade um, relacionadas com as políticas de cooperação, na prioridade dois as questões dos recursos endógenos, dos *clusters* que têm sido trabalhados nos fatores de competitividade, e continuar com a rede institucional e com a capacitação institucional do território. De uma forma geral, apresenta este racional de trabalho, da CIM do Alto Minho para 2023. Passa a fazer uma referência mais numérica, sobre o orçamento de 2023, no montante global, de cerca e 7 milhões de euros, estando a estrutura da receita e da despesa, apresentada em gráficos dos documentos, previamente enviados com a convocatória para esta sessão. Quanto à evolução do orçamento, refere um decréscimo de cerca de 19% no orçamento para 2023, não sendo um sinal de falta de ambição, mas com a fase de encerramento de um ciclo de financiamento e abertura do próximo, estando em fase de encerramento de projetos a taxa de execução é elevada, o que significa que o esforço financeiro para aprovar projetos é menor e por outro lado, estando numa fase de planeamento e aprovação de um Plano de Ação, que só terá reflexo, em termos de execução orçamental e em termos de projetos aprovados, em 2024 ou 2025. Por essa razão, a apresentação da evolução das dotações do orçamento, estão relacionadas com este contexto, tendo sido uma preocupação a possibilidade de aumentar, com alguma prudência, o orçamento para o ano 2024, em virtude de se estar a operacionalizar alguns projetos, relacionados com o PO Regional, com o PT2030, e espera-se em 2025 estar a operacionalizar os projetos intermunicipais. Em termos da estrutura de receita, refere as transferências associadas a Fundos Comunitários, com um pequeno decréscimo explicado pelas razões apresentadas anteriormente, relativa à componente das transferências do Orçamento do Estado, transferências das quotas dos municípios, e as transferências de municípios com projetos na parte referente à contrapartida nacional. Em termos de despesa, como se pode analisar, o esforço é de cerca de 60%, estão relacionados com o desenvolvimento de projetos, com cofinanciamento e naturalmente as despesas gerais, da equipa técnica, que tem dado boas respostas, aos desafios que são colocados pelas diversas entidades e numa lógica de trabalho contínuo. Termina o pequeno resumo da proposta apresentada. **(Doc. 26/2022)** Disponibiliza-se para alguma questão que entendam oportuna. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a apresentação, questionando se alguém se pretende inscrever, no ponto **2.3** e seus subpontos: 2.3.1 – Documentos Previsionais de 2022 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental; 2.3.2 – Transferência das contribuições financeiras dos



Dis  
E

Municípios associados; 2.3.3 – Mapa de Pessoal 2023; 2.3.4 – Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2023 e 2.3.5 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Não se verificando inscrições, propõe à votação dos mesmos. É efetuada a contagem dos membros presentes em sala, sendo confirmadas 29 presenças. -----

--- Passou de imediato à votação do ponto **2.3.1** – Documentos Previsionais de 2022 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental e num universo de 29 membros, resultou a votação: 29 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.

--- Votação do ponto **2.3.2** – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados e num universo de 29 membros, resultou a votação: 29 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Votação do ponto **2.3.3** – Mapa de Pessoal 2023, num universo de 30 membros, resultou a votação: 30 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- Votação do ponto **2.3.4** – Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2023, num universo de 31 membros, resultou a votação: 31 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- Votação do ponto **2.3.5** – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromisso, num universo de 31 membros, resultou a votação: 31 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- De imediato passa ao ponto **2.4**. Nomeação de Auditor Externo, de acordo com a Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, para o ano de 2022, 2023 e 2024. Questiona a Assembleia sobre intenção de inscrição para o ponto da Ordem de Trabalhos agora referido. Não havendo inscrições, passa à votação, num universo de 31 membros, resultou a votação: 31 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- Passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos, ponto **2.5** Participação da CIM do Alto Minho como associado do **CIAB** – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Conflitos de Consumo. Não havendo inscrições, num universo de 30 membros, resultou a votação: 30 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- Terminado o Período da Ordem do Dia desta sessão, passa ao ponto **3**. Período de Intervenção do Público. Não existe publico. -----

--- O Presidente da Mesa, solicita apoio à Vice-Presidente, para a leitura da Ata em Minuta, para aprovação. Explica, nos termos habituais, a importância deste documento fundamental, para que as votações proferidas produzam efeitos imediatos, sendo posteriormente redigida a ata na íntegra respeitante a esta sessão. -----



Handwritten initials and numbers: "P", "2", "A.", and a blue flourish.

Maria de Fátima Esteves - Inicia a leitura da Ata em Minuta, referindo em cada ponto da Ordem de Trabalhos, sujeito a votação os resultados obtidos. -----

--- O Presidente da Mesa passa à votação da Ata em Minuta, num universo de 31 membros presentes, verificaram-se: 31 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, verificando-se assim a sua aprovação por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a participação de todos os presentes e a colaboração que facilitou gerir os trabalhos desta sessão. Lembra, como referido no início da sessão, que participarão juntos numa visita à Torre de Menagem, onde se assistirá a um pequeno filme, findo o qual todos estão convidados para um jantar de Natal. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal.-----

Manoel Batista – Agradece e felicita o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, pela inovação introduzida, que consistiu na solicitação de apresentação do Plano Estratégico PT2030, para este território e também, pela primeira vez a realização de um jantar, para todos juntos celebrarem, antecipadamente, o Natal, considerando uma excelente ideia para a Assembleia realizada no mês de dezembro. Mais aproveita o momento para agradecer à equipa da CIM, liderada pelo Primeiro Secretário, Bruno Caldas e outros representantes presentes, realçando o trabalho efetuado ao longo do ano de 2022, concluindo que a CIM existe, porque a equipa trabalha afincadamente e de forma muito bem estruturada, para que surjam os bons resultados. Agradece também, aos Presidentes de Câmara, presentes e aproveita, para referir a falta de outros, por se realizarem no mesmo dia reuniões de Assembleias Municipais, pelo que os impediu em estarem presentes, salientando a relação estreita que têm conseguido manter. Deseja um excelente Natal a todos os membros da Assembleia Intermunicipal, Presidentes e demais presentes e um Bom Ano de 2023. -----

--- O Presidente da Mesa agradece as palavra proferidas pelo Presidente da CIM e deseja também a todos um Santo e Feliz Natal, com saúde para todos e famílias, desejando muitos êxitos profissionais e políticos e um ano cheio de realizações, com muita saúde a trabalhar em prol desse distrito.-----

Mais uma vez agradece a colaboração e despede-se até à próxima reunião da Assembleia Intermunicipal-. -----

--- Os trabalhos foram encerrados pelas vinte horas, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Fátima Alexandra Faria da Costa, que a redigi. -----

Melgaço, 09 de dezembro de 2022. -----



O Presidente da Assembleia

Alberto Luís de Oliveira Vilas

A Vice-Presidente da Assembleia ,em substituição

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Fátima Alexandra Faria da Costa